



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

AV. RUI BARBOSA, 716, - Bairro FLAMENGO, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-020

Telefone: 25541700 - <http://www.fiocruz.br>

Processo nº 25384.001464/2021-30

Contrato N° 05/2022 para a EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE APOIO À PROJETO, que entre si celebram a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, por intermédio do Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira como CONTRATANTE e a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE – FIOTEC, como CONTRATADA, visando apoio ao Projeto “Incentivo à melhoria de processos de trabalho no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira”.

Pelo presente instrumento de contrato, a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, entidade pública vinculada ao Ministério da Saúde, por intermédio do **Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira**, com sede na Av. Rui Barbosa, nº 716 – Flamengo – Rio de Janeiro / RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.781.055/0002-16, neste ato representada pelo seu Diretor, Dr. Antônio Flávio Vitarelli Meirelles, portador da Carteira de Identidade nº portador da Carteira de Identidade nº 0601012761, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 851.215.417-91, designado pela Portaria do Ministro da Saúde nº 1.624 de Portaria 1.624/MS (1382902) de 15/07/2021, publicado no DOU, Seção 2 de 16/07/2021, no uso das atribuições da Portaria nº 250/2021-PR (1479121), doravante denominado FIOCRUZ ou CONTRATANTE, e a FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE – FIOTEC, doravante denominada FIOTEC ou CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Avenida Brasil nº 4036, 10º andar, Manguinhos, Cep 21.040-361, Rio de Janeiro, CNPJ nº 02.385.669/0001-74, representada legalmente neste ato jurídico pelo seu Diretor Executivo, HAYNE FELIPE DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 26.484.598-3 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 586.234.187-00, tem entre si justo e acertado, com base no que dispõe o Convênio nº 197, celebrado em 24 de dezembro de 2021, na Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, seus decretos regulamentadores e respectivas atualizações, a celebração do presente instrumento denominado Termo de Contrato de Execução de Atividades de Apoio à Projeto, entre a FIOCRUZ e a FIOTEC, de acordo com as condições aqui dispostas;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a execução das atividades de apoio pela CONTRATADA, para execução do Projeto intitulado **“Incentivo à melhoria de processos de trabalho no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira”**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

2.1. A CONTRATADA utilizará os recursos arrecadados na forma do Art. 1º § 3º-A da lei 8.985/1994 para dar apoio à execução financeira, administrativa e operacional do projeto, conforme previsto no Projeto Básico, parte integrante desse instrumento, observando os planos de aplicação que serão informados pela contratante.

2.2. A CONTRATANTE será a responsável pela execução técnica do projeto, de acordo com o previsto no Projeto Básico e nos planos de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA EXECUÇÃO

3.1. Os recursos financeiros serão recebidos diretamente pela CONTRATADA, no valor de R\$ 730.322,23 (setecentos e trinta mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos), em decorrência da autorização na forma do Art. 1º § 3º-A da lei 8.985/1994, devendo tais recursos serem alocados em conta exclusiva.

3.2. O projeto será executado na medida em que os recursos forem arrecadados e na forma prevista no (s) plano (s) de aplicação. Na hipótese de eventual variação no montante dos recursos arrecadados, deverá ser providenciada a consequente adequação do projeto básico.

3.3. Para fins do presente contrato considera-se terceiros qualquer instituição pública ou privada que contrate a Fiocruz para execução de serviços técnicos especializados.

3.4 Fica autorizada a cobertura de despesas operacionais e administrativas (DOA) incorridas pela CONTRATADA na execução desse contrato e devidamente comprovadas, conforme art. 10 da Lei nº 10.973/2004 c/c art. 74 do Decreto 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.1 Competirá à CONTRATANTE:

4.1.1 Indicar o coordenador do projeto apoiado como responsável por acompanhar e coordenar a sua execução técnica, admitida a delegação.

4.1.2 Indicar o responsável pela fiscalização do contrato.

4.1.3 Utilizar os recursos repassados conforme previsto no projeto básico e planos de aplicação.

4.1.4 Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 Competirá à CONTRATADA:

5.1.1 Utilizar os recursos financeiros arrecadados para a execução do contrato na forma prevista no projeto básico e autorizados por meio dos planos de aplicação.

5.1.2 Fazer a gestão financeira e utilizar os recursos de acordo com o Manual de Procedimentos de Projetos da Fiotec, mantendo contabilidade interna específica relacionada ao Projeto, com registro das movimentações de recursos.

5.1.3 Disponibilizar os valores de rendimentos da aplicação financeira do recurso para utilização no projeto apoiado.

5.1.4 Manter registro contábil específico a respeito da alocação dos recursos do Projeto, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o encerramento das atividades.

5.1.5 Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente instrumento vigorará a partir da data de assinatura do primeiro plano de aplicação, por um prazo de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, no limite do prazo de execução do projeto apoiado neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A execução das atividades objeto do contrato, sem prejuízo da única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, será fiscalizada pelo servidor a ser nomeado em ato formal e que será responsável por:

7.1.1 Solicitar a CONTRATADA, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução das atividades do objeto do contrato.

7.1.2 Emitir nota técnica em todos os atos da Administração relativos à fiscalização da execução do objeto do contrato e, em especial, quanto à aplicação de sanções e alterações.

7.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

7.1.4 Avaliar os produtos apresentados ao final de cada etapa da execução do objeto do contrato, devidamente descritos em relatórios parciais, devendo ser verificada, pelo coordenador do projeto e pela fiscalização, a comprovação da fiel execução do objeto pactuado no contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. As partes poderão rescindir este Contrato a qualquer momento, por meio de Termo de Rescisão, independente de indenização, e mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias a outra Parte.

8.1.1. O Coordenador do Projeto deverá elaborar relatório detalhado informando as atividades executadas e aquelas ainda pendentes.

8.1.2. Na hipótese de insuficiência de arrecadação na forma prevista na cláusula 2.1, o presente contrato será rescindido sem ônus para as partes.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATANTE poderá garantir a ampla defesa e o contraditório, em competente processo administrativo, aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência por escrito.

9.1.2. Multa de 8% (oito por cento), calculada sobre o valor total e atualizado deste contrato e dos termos aditivos, se for o caso.

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a FIOCRUZ, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a FIOCRUZ pelos prejuízos resultantes, e após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item “9.1.4.” desta Cláusula.

9.1.5. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado da primeira parcela do valor que a CONTRATADA vier a fazer jus e, caso já encerrado o contrato, o valor será objeto de cobrança por via judicial.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – DA COMPETÊNCIA

A sanção prevista no item “9.1.4.” desta Cláusula é de competência exclusiva do Sr. Ministro de Estado da Saúde, facultada a defesa da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – DO DESCONTO DA MULTA

A multa prevista no item “9.1.2.” desta Cláusula, quando aplicada, será descontada das despesas operacionais e administrativas eventualmente devidas pela FIOCRUZ ou cobradas judicialmente.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - DAS SANÇÕES CUMULATIVAS

As sanções previstas nos itens “9.1.1.”, “9.1.2.”, “9.1.3.” e “9.1.4.” desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item “9.1.2.” da mesma Cláusula, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação respectiva.

Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

10.1 A CONTRATADA comprovou a inexistência de débito para com as contribuições sociais, conforme consulta datada de 25 / 02 / 2022 ao SICAF, CADIN, CNJ e CEIS, em doc SEI 1504094, respectivamente, do processo nº 25384.001464/2021-30.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MULTA MORATÓRIA

11.1. O atraso injustificado na execução das atividades, objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, que será calculada sobre o valor total atualizado do contrato e de seus aditivos, no limite máximo de 10% (dez por cento), recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da comunicação oficial.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - DO DESCONTO DA MULTA

A multa prevista nesta Cláusula, aplicada após regular processo administrativo, será descontada das despesas operacionais e administrativas eventualmente devidas pela FIOCRUZ ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá às Partes a publicação do extrato do presente acordo no sítio eletrônico da CONTRATANTE e da CONTRATADA, devendo informar que o financiamento decorre de verba de arrecadação, conforme Cláusula 2.1.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 As Partes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa, será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, por imposição de ordem Constitucional.

E por estarem de acordo com as cláusulas acima avençadas, assinam as partícipes o presente instrumento eletrônico, para os devidos efeitos legais.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022

CONTRATANTE

Dr. ANTÔNIO FLÁVIO VITARELLI MEIRELLES

Diretor

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA – IFF / Fiocruz

CONTRATADA

HAYNE FELIPE DA SILVA

Diretor Executivo

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE – FIOTEC

TESTEMUNHAS

1- Mariana Setúbal Nassar de Carvalho

CPF: 072.571.227-92

2- Stella Regina Carletti

CPF: 671.273.987-04



Documento assinado eletronicamente por **Hayne Felipe da Silva, Usuário Externo**, em 25/02/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Flavio Vitarelli Meirelles, Diretor(a) de Unidade**, em 07/03/2022, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Stella Regina Carletti, Analista de Gestão em Saúde**, em 08/03/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Setubal Nassar de Carvalho, Tecnologista em Saúde Pública**, em 09/03/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1504213** e o código CRC **9C90334F**.

Referência: Processo nº 25384.001464/2021-30

SEI nº 1504213